



## Alargamento da aplicação das taxas da cópia privada

Está neste momento em discussão na especialidade uma “atualização” da Lei 62/98, de 1 de setembro, na qual se alarga o âmbito de aplicação da chamada taxa sobre a cópia privada aos equipamentos digitais (ex.: cartões de memória, telemóveis, tablets, etc).

Esta lei implementa um mecanismo de “compensação equitativa” dos danos patrimoniais sofridos pelos titulares de direitos de autor e direitos conexos, com a prática da exceção ao direito (exclusivo) permitida pela lei, isto é, efetuar cópias para uso privado sem necessidade de autorização do autor.

É indiscutível que os autores e os artistas devem ser remunerados pela sua criatividade. No entanto, o uso destas taxas sobre a cópia privada tem gerado controvérsia, uma vez que tem criado muitos obstáculos à realização do mercado único digital.

O debate sobre as taxas a aplicar à cópia privada e à sua extensão aos dispositivos digitais faz parte da discussão mais ampla sobre direito de autor, nomeadamente sobre a adaptação deste direito ao mercado digital, sendo dois temas muito debatidos na União Europeia e nos diversos países que implementaram esta legislação.

O sistema atual, assente na “compensação equitativa” e na gestão coletiva de direitos apresenta vários perigos: pode onerar quem não usa obras e prestações protegidas; os pagamentos efetuados podem não reverter para os titulares de direitos; pode distorcer a concorrência no mercado comunitário e pode gerar situações de dupla tributação.

Muito recentemente o Supremo Tribunal espanhol colocou questões ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre a legitimidade do sistema

espanhol de cópia privada (financiado através do orçamento geral do Estado), pelo que poderemos vir ainda a ter clarificações adicionais sobre este sistema de compensação por parte deste Tribunal.

No entanto, mais interessante será saber o que a Comissão Europeia, agora eleita, planeia para este tema. O novo Presidente da Comissão Europeia prometeu alterações para breve. Na sua página online lê-se como primeiro ponto da lista de prioridades: “criar um mercado único digital para consumidores e empresas - fazendo uso das grandes oportunidades das tecnologias digitais, que não conhecem fronteiras. Para isso, teremos de ter a coragem de quebrar barreiras nacionais na regulação de telecomunicações, em direitos de autor e legislação de proteção de dados, na gestão das ondas de rádio e no direito da concorrência”.

Tem sido difícil implementar um sistema coerente uma vez que o âmbito de aplicação da taxa não é consistente dentro da União Europeia, não existindo uma harmonização dos direitos de autor e das suas exceções, bem como das diferentes regras sobre a gestão de direitos digitais nos vários países.

É necessário, por isso, ter em conta as mudanças sociais, mudanças no uso dos dispositivos e dos conteúdos e desenvolver uma abordagem que se possa adaptar ao futuro tecnológico em desenvolvimento. É também premente estabelecer uma relação de confiança com os consumidores e, de forma clara e explícita, mostrar o valor de qualquer taxa que se venha a manter ou implementar, existindo igualmente transparência na redistribuição do dinheiro cobrado.